



NAÇÕES UNIDAS
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL
COMISSÃO ECONÓMICA PARA ÁFRICA

Quadragesima-quarta Sessão da Comissão

Quarta reunião anual conjunta da Conferência dos Ministros de Economia e Finanças da União Africana e da Conferência dos Ministros Africanos das Finanças, da Planificação e Desenvolvimento Económico da CEA

*Adis-Abeba (Etiópia)
28 e 29 de Março de 2011*



COMISSÃO DA UNIÃO AFRICANA

Sesta Sessão da CAMEF



Distr.: Geral
E/ECA/CM/44/Inf.2
AU/CAMEF/MIN/Info (VI)
Data: 16 de Dezembro de 2010

Português
Original: Inglês

Sumário

I. Contexto

Em todo o mundo em desenvolvimento, o Estado sempre está presente. Da Ásia à América Latina, passando pela África, são discutidas abertamente as actividades do Estado, no quadro da governação económica, que vão, em grande medida, para além do que é considerado normal e oportuno nestes últimos anos. No caso de África, a recente crise financeira mundial e os esforços de recuperação, o fracasso dos programas de ajustamento estrutural e as políticas de liberalização dos mercados, aplicadas em vários países nos anos 80 e 90, caracterizadas pelo recuo do Estado, reforçaram a necessidade de um papel mais amplo do governo, a fim de promover o desenvolvimento económico. O fracasso dos governos dos países desenvolvidos na regulamentação dos mercados financeiros e no controlo dos seus excessos constitui uma importante fonte de ensinamentos para a África quanto à necessidade de os governos intervirem no processo de desenvolvimento. De uma forma similar, as intervenções dos governos nos países desenvolvidos, a fim de fazer face aos efeitos da crise financeira, principalmente por intermédio de programas de relançamento e de planos de salvamento, são justificações do papel que o Estado deve desempenhar no desenvolvimento económico.

Em África, afigura-se essencial que o sector público intervenha no processo de desenvolvimento. O mais importante é que as intervenções devem ser bem orientadas. A fim de garantir o crescimento e o desenvolvimento das economias africanas, o Estado tem um papel fundamental a desempenhar na manutenção dos investimentos públicos, em benefício das infra-estruturas, da educação e da saúde, da correcção das falhas dos mercados e da redução das desigualdades em termos de receitas e de oportunidades, assim como na política de crédito, com vista a estimular os investimentos privados.

A história está repleta de exemplos que ilustram o papel positivo dos investimentos do Estado no processo do desenvolvimento económico. A transformação espectacular da China em potência económica mundial, o ressurgimento da Índia e os sucessos económicos do Japão, de Taiwan e da Coreia do Sul constituem excelentes modelos do papel central do Estado na promoção do desenvolvimento económico. Ninguém nunca ignorou que, nestes países, o Estado «havia controlado os mercados» para garantir altos níveis de acumulação de capital, absorção de tecnologia e penetração dos mercados externos. Os governos serviram-se também de medidas de incitação, de controlo bem como de mecanismos diversos para a partilha da riqueza, de tal modo a poderem orientar os processos comerciais de afectação de recursos, a fim de obter resultados em matéria de produção e de investimentos, para além de outras medidas que teriam desembocado em políticas liberais ou quase liberais.

A África poderá tirar ensinamentos da experiência da Ásia Oriental? Podemos deduzir que os países africanos deverão experimentar esta fórmula e tentar gerir os seus mercados mais ou menos à maneira da Ásia Oriental? Enquanto os países do Continente continuam a esforçar-se por atingir o desenvolvimento, estas questões importantes devem ser resolvidas com muita atenção.

II. Objectivo e tema da Conferência Ministerial de 2011

Há cada vez mais provas do papel positivo e primordial do Estado na promoção do crescimento económico e do desenvolvimento sustentável. Nos últimos anos, a gestão

do sector público e a gestão macroeconómica registaram melhorias em vários países africanos e o ambiente de negócios está igualmente em processo de melhoria na maioria dos países. O mesmo fenómeno se regista em matéria de governação. Estes resultados decorrem, em parte, de uma série de acções que se consolidam mutuamente, tais como a reintrodução da planificação do desenvolvimento e o reforço das capacidades dos governos africanos, com o apoio dos seus parceiros de desenvolvimento. O papel essencial do Estado no sucesso económico dos «tigres asiáticos» chamou igualmente a necessidade de a África dotar-se de «Estados orientados para o desenvolvimento». Neste contexto, a Conferência tem como objectivo oferecer uma oportunidade de examinar o papel do Estado em matéria de desenvolvimento, a fim de arrolar várias intervenções apropriadas que visam o reforço da acção governamental no que respeita a execução de tarefas-chave necessárias e essenciais para a transformação económica em África.

Neste contexto, a Conferência terá como tema «*Gerir o Desenvolvimento em África*». Este tema enquadra-se no seguimento de uma das conclusões da Conferência de 2010, que realça o papel do Estado no desenvolvimento em África, através da criação de instituições e dos investimentos necessários para a transformação estrutural das economias africanas.

A Conferência será um fórum importante para examinar o papel dinamizador do Estado para o desenvolvimento sustentável em África, com base em dados históricos e contemporâneos. A Conferência oferecerá também aos dirigentes a ocasião de analisar o papel desempenhado pelo Estado na promoção do desenvolvimento em África, fazer o intercâmbio das boas práticas e partilhar as lições tiradas em todo o Continente e no exterior em matéria dos problemas associados à edificação de um Estado competente e dinâmico, recomendar acções concretas para a gestão do desenvolvimento e promover a transformação económica em África de uma maneira eficaz.

Tendo em conta o papel primordial e construtivo que o Estado pode e deve desempenhar para enfrentar os problemas ligados ao desenvolvimento, particularmente para acelerar o crescimento económico e promover a criação do emprego, com vista à eliminação da pobreza e a realização dos ODM, a Conferência debruçar-se-á também de outros assuntos de interesse para a África. Deste modo, serão abordadas iniciativas a favor de uma economia verde (que oferece a possibilidade de promover investimentos na protecção duradoura e a longo prazo do ambiente, como um novo factor dinamizador do crescimento e do desenvolvimento), propostas inovadoras tendentes a melhorar o financiamento e a implementação de intervenções sanitárias em África assim como as possibilidades de fazer a sua exploração, rumo a um crescimento acelerado para todos ao nível continental.

A solução destas reside no facto de que Estado deve desempenhar um papel dinâmico para ultrapassar as dificuldades encontradas. Nenhum país pode atingir um crescimento e um desenvolvimento sustentáveis sem investimentos públicos consideráveis em prol dos bens públicos e dos serviços sociais tais como as infra-estruturas, a saúde, a educação e o ambiente, com recurso a investimentos privados e estrangeiros directos.

III. Organização da Conferência

O debate sobre o tema da Conferência será feito por um painel de alto nível constituído por personalidades eminentes, altos dirigentes políticos, agentes do sector privado e peritos de organizações regionais e internacionais, dentre os quais do sistema das Nações Unidas e do Banco Mundial. A mesa redonda de alto nível será dirigida pelo Presidente da Comissão da União Africana e o Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações para África será o moderador. Debates interactivos, conduzidos por um moderador, tanto em plenária como em grupos de trabalho, permitirão aos participantes e delegados darem plenamente as suas contribuições à Conferência.

A Conferência será precedida por uma reunião preparatória técnica do respectivo Comité de Peritos que, por seu turno, examinará detalhadamente o tema da sessão e formulará recomendações a serem submetidas aos Ministros para adopção. Por outro lado examinará as condições socioeconómicas actuais em África, analisará também outras questões estatutárias ligadas às actividades da Comissão da União Africana e do Secretariado da CEA e formulará recomendações apropriadas a serem submetidas à Conferência para efeitos de exame.

IV. Resultados esperados

O Comité de Peritos irá redigir e adoptar um relatório conciso, apresentando as recomendações principais da sua reunião, documento que será submetido à adopção da Conferência, incluindo algumas resoluções.

Está previsto que a Conferência adopte uma Declaração Ministerial, contendo as acções a serem realizadas aos níveis nacional e regional sobre as questões examinadas durante a sessão. A Declaração Ministerial bem como os outros documentos saídos da Conferência serão uma contribuição importante para a Cimeira dos Chefes de Estado e de Governo da União Africana, a decorrer em Julho de 2011, o que vai animar os debates.

V. Documentação

Os debates apoiar-se-ão num documento de trabalho redigido sobre o tema da Conferência e sobre um estudo relativo à planificação do desenvolvimento em África. No essencial, serão apresentados durante a Conferência os seguintes documentos e relatórios:

1. O *Relatório Económico sobre a África 2011*, relativo ao tema «Gerir o Desenvolvimento em África: Papel do Estado na transformação económica»;
2. Um relatório sobre acompanhamento das decisões e recomendações da Conferência dos Ministros de 2010 ;
3. Relatórios e outros documentos da Conferência da Comissão da União Africana e da CEA sobre as suas actividades realizadas no ano passado.

VI. Participantes

Os participantes e delegados à Conferência serão principalmente Ministros e representantes dos Estados-membros, das CER, de instituições das Nações Unidas e de outras organizações intergovernamentais. Serão igualmente enviados convites a outros parceiros de cooperação, organizações não governamentais e ao sector privado.